

Capoulas Santos participa no debate sobre Política Comum das Pescas



Decorre neste momento na Comissão das Pescas do PE a reflexão preliminar sobre a reforma da Política Comum das Pescas, com o objectivo sobretudo de revelar as sensibilidades dos eurodeputados relativamente aos temas chave, que, resumidamente, se podem situar em torno da necessidade de compatibilizar a viabilidade da actividade pesqueira com a preservação dos recursos haliêuticos. É importante referir que esta discussão tem lugar sob Presidência Espanhola da UE, representando a Espanha uma frota de pesca cuja proeminência é inquestio-



nável em termos de capacidade e capturas, presidência esta iniciada face a uma nova era institucional em que o PE é chamado à mesa das negociações com o Conselho, decidindo em total pé de igualdade sobre o conteúdo final dos textos legislativos. A gestão dos direitos de pesca é uma questão fracturante. Sob o mote da eficácia na preservação dos recursos, as discussões deixam adivinhar uma tendência para abrir a porta à comunitarização de instrumentos alternativos ao sistema de TACs e quotas, nomeadamente através das quotas individuais transferíveis. A opinião de Capoulas Santos é clara quanto a esta questão: "Se a conservação dos recursos

pesqueiros é uma prioridade inquestionável e incontornável, não posso comprometer-me com a generalização de um mecanismo que se traduziria pela mercantilização de um bem que é público e pela inevitável concentração das licenças de pesca nos operadores com maior poder económico". O Deputado defende a manutenção do princípio da estabilidade relativa, na base do sistema actual, admitindo no entanto, afirma, que "possa ser possível introduzir adaptações e actualizações no sistema que, sendo certo que vigora há mais de duas décadas, tem permitido uma gestão global equilibrada dos recursos e um acesso proporcional das diferentes frotas".

"É imperativo que a UE tome iniciativas que reforcem os que se batem pela liberdade no Irão", afirma Ana Gomes



A Deputada Ana Gomes interveio sobre o Irão na sessão plenária do PE, em Estrasburgo. Segundo a Deputada socialista, "a questão nuclear iraniana é das mais importantes da política



internacional contemporânea. Tudo deve ser feito para impedir que o regime iraniano, que tão nocivo tem sido para a paz e a segurança no Médio Oriente, tenha acesso à arma nuclear. Mas o papel da UE nas relações com o Irão não se pode esgotar na questão nuclear. A Europa deve ser consistente na promoção dos valores universais dos direitos humanos, por que tantos estão a arriscar a vida nas

ruas de Teerão. Sem nunca pôr em causa o direito soberano do povo decidir sobre o seu próprio destino, é imperativo que a UE tome

iniciativas que reforcem os que se batem pela liberdade e democracia no Irão. Esperamos que a Alta Representante avance com iniciativas criativas que contribuam para a abertura política do Irão. Nada contribuirá mais para a segurança do Médio Oriente, da Europa e do mundo do que uma democracia iraniana, construída por iranianos. Este tem de ser um objectivo a assumir pela UE".

Sobre o Iraque, a Deputada sublinhou: "Tal como as condições de segurança, as conquistas democráticas do povo iraquiano ainda têm de ser consolidadas e expandidas. A recente confirmação pela Comissão de Eleições da exclusão das listas de cerca de 500 políticos sunitas, não favorece a

reconciliação nacional, pode pôr em causa o processo eleitoral e pode reacender conflitos. São também desanimadoras as notícias sobre a aplicação da pena de morte. Os responsáveis europeus têm de empenhar-se em convencer as autoridades iraquianas a aboli-la. O reforço da EULEX é também importante neste sentido. É vital que o governo iraquiano corrija a "Lei das ONGs", de forma a permitir que a sociedade se organize livremente. É imperativo que a União Europeia promova a interacção entre ONGs iraquianas e europeias: uma sociedade civil livre e dinâmica é uma condição indispensável para a consolidação da democracia no Iraque".

Aprovada isenção aduaneira para os Açores



Foi aprovado na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o relatório sobre a "Suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre as importações de um determinado número de produtos industriais nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira", do qual o Deputado Luís Paulo Alves era responsável pelo Grupo Socialista Europeu.

O Deputado Açoriano que solicitou a aprovação célere em processo simplificado, congratula-se pela decisão expressiva do PE



com 628 votos a favor e apenas 17 contra, evidenciando um claro apoio do Parlamento às regiões dos Açores e da Madeira. A sus-

penção temporária dos direitos permite aos operadores económicos locais nos Açores e na Madeira importar um determinado número de matérias-primas, peças, componentes, produtos acabados, maquinaria e equipamentos, com isenção de direitos, abrangendo sectores tais como pesca, agricultura, indústria e serviços, e proporciona uma conjuntura favorável para um investimento a longo prazo por parte de investidores, visto prolongar-se por 10 anos.

Esta medida visa reforçar a competitividade dos operadores económicos locais (fabricantes, distribuidores, grossistas e retalhistas) e, dessa forma, assegurar

emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas da União e assim superar as desvantagens económicas que se fazem sentir nestas zonas, decorrentes da sua situação geográfica.

Em declarações à LUSA, RTP e SIC, Luís Paulo Alves afirmou que "estas medidas contribuirão para ajudar as PME e os agricultores locais, de modo a que possam investir e gerar empregos nas regiões ultraperiféricas". "No contexto da crise económica actual, a necessidade da existência de medidas específicas para estimular a actividade económica e estabilizar o emprego são primordiais", concluiu o Deputado.

FICHA TÉCNICA

Edição
Grupo Parlamentar do PS
no Parlamento Europeu
www.delegptse.eu

Editor Vasco Gandra
Layout e Paginação
Gabinete de Comunicação do PS
Periodicidade Mensal
Tel. 00 322 2842133
Email s-d.delegationPT@europarl.europa.eu

Vital Moreira em várias iniciativas no âmbito da Presidência da Comissão de Comércio Internacional



Vital Moreira presidiu à reunião mensal da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, onde esteve presente o Ministro espanhol da

Indústria, Turismo e Comércio, que apresentou as prioridades da Presidência Espanhola do Conselho da UE para a

política comercial comum.

Ainda na qualidade de Presidente da Comissão de Comércio Internacional, Vital Moreira recebeu o Embaixador da Colômbia junto da União Europeia e o Vice-Ministro colombiano para os assuntos laborais, e também representantes de sindicatos colombianos, para uma troca de pontos de vista sobre a celebração de um acordo de livre comércio entre

a União Europeia e a Colômbia e sobre a eventual concessão do "Sistema de Preferências Generalizadas" a esse país.

Vital Moreira recebeu igualmente o Representante do Banco Mundial junto da UE, tendo sobre a mesa a discussão das implicações do Tratado de Lisboa na política comercial europeia e o estreitar da cooperação entre o Banco Mundial e o Parlamento Europeu.